Bom Dia CONTRASP Edição 931 - Quarta - feira, 24 de abril de 2024

DELEGADO COBRA PROPINA PARA "SEGURANÇA PRIVADA" COM VIATURA DA PC EM MT

Magistrada cita que postura de delegado degrada confiança nas instituições



A decisão da juíza Paula Tathiana Pinheiro, da Segunda Vara de Peixoto de Azevedo, e que autorizou a deflagração da Operação Diaphthora, revelou que o delegado Geordan Antunes Fontenelle Rodrigues, um dos alvos, teria oferecido serviços de segurança utilizando viaturas caracterizadas da Polícia Judiciária Civil (PJC). Ele também teria pedido R\$ 17 mil para instalar uma palmeira na Delegacia da cidade.

O delegado Geordan Antunes Fontenelle Rodrigues e do investigador da Polícia Judiciária Civil (PJC), Marcos Paulo Angeli, foram presos, após serem alvos da Operação Diaphthora, deflagrada na quarta-feira (17), com o objetivo de desmantelar um esquema de corrupção envolvendo, além dos dois agentes, garimpeiros e advogados. Na ação, foram cumpridas 12 determinações judiciais, sendo as duas prisões, além de sete mandados de busca e apreensão e três medidas cautelares.

As investigações apontaram ainda que o delegado usava o termo 'tin tin' e 'saúde' para se referir a propinas, por conta do ato de 'comemorar' com um 'brinde'. Outro ponto destacado pelos investigadores, é o de que Geordan estaria oferecendo serviços de segurança privada com viaturas caracterizadas da PJC para alguns garimpeiros da região de Peixoto de Azevedo.

Um relatório revelou o deslocamento de uma viatura, em outubro de 2023, até a região do distrito de União do Norte, onde a Fides Mining Gold exerce suas atividades. Também foi constatado que uma mulher, identificada como Letícia

Cristina de Souza Araújo, esposa de Geordan, utiliza um Jeep Compass, registrado em nome da GF Consultoria em Segurança, empresa que tem o delegado como sócio e fica localizada em sua residência.

Embora a empresa GF Consultoria em Segurança Ltda tenha como sócio administrador Bruno Vieira Ornelas, este seria residente e domiciliado na cidade de Brasília (DF), de forma que não exerce atividades em Mato Grosso, tão pouco na administração da empresa mencionada. Em verdade, foi constatado que o verdadeiro administrador é o representado DPC Geordan, que, inclusive, possui referências às iniciais do seu nome", diz trecho da decisão. O delegado também é suspeito de se apropriar indevidamente de valores oriundos do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg).

Houve, inclusive, a notificação de um desentendimento de Geordan com a presidente do órgão, Evelyn Bergarl Worksi, já que ele solicitou a liberação de R\$ 17 mil para aquisição de uma palmeira para a delegacia. Na decisão, a magistrada apontou que a conduta dos envolvidos, além de indevida, também acaba fomentando a prática de crimes.

A juíza ressaltou ainda que a divulgação do caso pela imprensa, além de manchar a imagem da instituição, também trará intranquilidade a sociedade, destacando também que eles teriam prevaricado diligências, o que gera riscos à instrução criminal. "Evidente que a corrupção instalada em qualquer órgão da sobredita polícia possui gravame bastante eleva-

do. Não só por serem agentes incumbidos do monopólio da violência estatal, mas também porque há total afetação à própria imagem da instituição, o que degrada cada vez mais a confiança da população em geral. Outrossim, adiantando-se à repercussão social causada pelo caso em testilha, por óbvio haverá grande divulgação nos meios de comunicação, de sorte que, por tratar-se de agentes policiais, responsáveis por proteger a população da criminalidade, a divulgação trará intranquilidade à sociedade", apontou a magistrada.

Geordan Fontenelle foi nomeado no dia 16 de novembro de 2021 como delegado substituto. O estágio probatório dele terminaria apenas em novembro deste ano, após 36 meses conforme a Emenda Constitucional 19/1998, da lei 8.112/1990, a respeito do prazo de estágio probatório.

Como delegado da Polícia Civil de Mato Grosso, ele recebia o salário de R\$ 35,4 mil. Já o investigador Marcos Paulo Angeli está na PC desde 2002 e possui uma remuneração de R\$ 25 mil.

Informações extraoficiais dão conta de que ele também já possui processo anterior por suposto caso de corrupção. Os servidores são apontados nas investigações como mentores e articuladores, aliados a um advogado e garimpeiros locais.

Fonte: noticiadosmunicipios.com.br



SCRN 712/713 BLOCO H ENTRADA 42 LOJA 41 ED SANTO ANTONIO ASA NORTE, BRASÍLIA, DE, CEP: 70760-680

(61) 35320448 (61) 35320414

https://www.facebook.com/constrasp

http://contrasp.org.br/